

MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

CONCURSO PÚBLICO PROCURADOR DIREITO

ADMINISTRATIVO

DIREITO CONSTITUCIONAL

INSTRUÇÕES

- Observe o número máximo de linhas determinado para responder às questões.
- A prova deverá ser realizada com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- As folhas de textos definitivos serão os únicos documentos válidos para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho constantes neste caderno de prova são de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.
- Não faça uso de corretivo ou de borracha nas folhas do caderno de resposta.
- Não assine, nem identifique qualquer folha do caderno de resposta.
- O valor de cada uma das questões será 25 (vinte e cinco) pontos. O número máximo de pontos das quatro questões de cada prova será igual a 100 (cem).
- A nota atribuída a cada questão da Prova Discursiva poderá variar de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos.
- A avaliação abrangerá, além dos conhecimentos jurídicos, o domínio do tema jurídico expresso pela sua compreensão, fundamentação e consistência da argumentação; o domínio do padrão culto da língua portuguesa e dos princípios de produção de textos objetivos, claros e coesos.
- O material de uso permitido consiste apenas de legislação nacional não comentada, em código ou em separata, e será objeto de inspeção antes do início de sua realização quanto à existência de anotações não permitidas.
- Por anotações permitidas se entende tão-somente as remissões a dispositivos legais.
- Poderão ser utilizados os verbetes sumulares dos tribunais superiores, sem comentários.
- Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado.
- Receberá a nota zero: fuga ao tema, inexistência de texto e/ou de identificação em local indevido.
- A duração máxima da prova é de 6 h.

PROVA DISCURSIVA Caderno de Questões



Realização
**FUNDAÇÃO
JOÃO GOULART**
INSTITUTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 1: (máximo de 120 linhas)

Entidade integrante da Administração Pública realizou, por diversas vezes, contratações para a aquisição de peças e serviços de manutenção e de gêneros alimentícios, mediante dispensa de licitação. Em ambas as situações sustentou que a Lei ampara tais contratações diretas em situações em que não há, respectivamente, utilização previsível ou capacidade de armazenamento do bem sem risco de seu perecimento. Opine sobre a validade da opção preferencial pela contratação direta.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 2: (máximo de 120 linhas)

A União determinou o bloqueio dos repasses de verbas federais ao município X, recusando-se, ademais, a firmar com este uma série de contratos e convênios pré-ajustados, tudo ao argumento da ausência do documento imprescindível para tanto, qual seja, o denominado Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

Segundo o Ministério da Previdência e Assistência Social, a emissão do referido documento foi negada porquanto **(a)** o regime previdenciário municipal contempla alguns benefícios não previstos no regime previdenciário comum; e **(b)** o município não submeteu à supervisão daquele Ministério o regime próprio de previdência dos seus servidores, subtraindo-se aos poderes federais de fiscalização e controle, e de aplicação de sanções, como previsto na legislação federal pertinente.

Quais os fundamentos jurídicos que você utilizaria em defesa dos interesses do Município X, em uma ação judicial?

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 3: (máximo de 120 linhas)

O município X institui a Agência Reguladora Y, para regular o serviço de transporte coletivo de sua competência.

Empresa concessionária de serviço público de transporte coletivo do município X submeteu à referida Agência Reguladora, no dia 15/04/2002, requerimento de reajuste da tarifa. A Agência Reguladora Y tinha, por lei, que apreciar o requerimento no prazo máximo de 90 (noventa) dias, desde que o processo estivesse integralmente instruído.

O prazo acima transcorreu sem que a Agência Reguladora julgasse o requerimento que lhe fora submetido pela concessionária, tendo em vista que a referida Agência não continha em seus quadros a indicação e nomeação de conselheiros que lhe possibilitasse *quorum* para julgamento do pleito.

Diante da situação, a concessionária ajuizou, no dia 21/01/2006, ação indenizatória em face da Agência Reguladora Y, alegando ter suportado danos em razão da ausência de julgamento do requerimento de reajuste tarifário no prazo legal.

Enfrentando as questões jurídicas que o problema suscita, que aspectos poderiam ser abordados em defesa da Agência Reguladora Y?

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 4: (máximo de 120 linhas)

O município X desapropriou imóvel de JOSÉ DA SILVA em 01/02/2000 com o propósito de construir estabelecimento de ensino fundamental, mas até hoje não houve a adoção de qualquer medida concreta para efetivar a referida construção. Diante dos boatos de que a Administração Municipal pretenderia alienar o bem para auferir recursos financeiros até o final do semestre, responda fundamentadamente que pleito judicial JOSÉ DA SILVA poderia veicular em cada uma das hipóteses abaixo:

- a)** embora ausente qualquer medida para a construção da escola, os boatos da alienação do imóvel são infundados;
- b)** a licitação para alienação do imóvel é ultimada e particular adquire a propriedade do imóvel.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1: (máximo de 120 linhas)

Discorra sobre a possibilidade de declaração de inconstitucionalidade de lei em sede de ação civil pública.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 2: (máximo de 120 linhas)

É possível a edição de medidas provisórias na esfera municipal? Fundamente a sua resposta, com base na Constituição Federal e na jurisprudência pátria.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 3: (máximo de 120 linhas)

Lei de determinado município estabeleceu a obrigatoriedade de as agências bancárias localizadas no respectivo território observarem, no atendimento aos usuários, o tempo máximo de espera de quinze minutos.

Diante de tal previsão, um Banco impetrou mandado de segurança a fim de afastar a referida imposição.

Pede-se ao candidato que, na condição de Procurador do município, elabore as informações do Prefeito no *mandamus*, com base em fundamentos exclusivamente de natureza constitucional.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 4: (máximo de 120 linhas)

Uma sociedade capitalista é caracterizada principalmente pela propriedade privada dos meios de produção. Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é o princípio da livre iniciativa (art. 1º, IV, CF). Analise a previsão constante no art. 173 §4º da Lei Fundamental frente ao dispositivo acima citado.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO